





FIGUEIREDO DE SOUZA  
—ADVOCACIA E CONSULTORIA—

AO ILMA. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC

	PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
<b>PROTOCOLO COPELI</b>	
Nº _____	Data 26 / 08 / 2020
	
Depto Compras	

16.08.20

REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 015/2020 FMS  
EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 015/2020 FMS

**ABRASSI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E INCLUSÃO**, pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.286.773/0001-30, com sede na Rua Gonçalves Pinto, n.º 1, 1º andar, bairro Jardim Monte Azul, na cidade de São Paulo, SP, vem, por intermédio de seu procurador signatário, perante V. Senhoria apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos do edital de concorrência pública ora referendados, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

#### I - DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com o art. 41, § 2º, da Lei 8.666, de 1993, c/c item 8.1.1 do referido instrumento convocatório, o prazo para apresentação de impugnação é de até 02 (dois) dias





**FIGUEIREDO DE SOUZA**  
—ADVOCACIA E CONSULTORIA—

úteis que antecedam a data de recebimento das propostas, isto é, 26 de maio. Assim, tem-se que tempestivas as razões da presente impugnação, pelo que se requer seu recebimento e conhecimento.

## **II - DOS FATOS**

A subscrevente possui interesse em participar do processo de concorrência pública para seleção e contratação de entidade hospitalar sem fins lucrativos, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de assistência, internações hospitalares, atendimento ambulatorial e gestão administrativa do Hospital Municipal de Navegantes, SC.

Ao verificar as condições editalícias, constatou-se que o seu processamento ocorrerá segundo as diretrizes da Lei Geral de Licitações (Lei 8.666, de 1993); que sua competição limita-se à entidades sem fins lucrativos; e, também, a exigência de capital social mínimo de 10% do valor da contratação a que se pretende. Ocorre, no entanto, que entende-se incompatíveis as citadas exigências, ao passo do que se passa a expor.

## **III - DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO**

Conforme exarado, o presente edital é regido pela Lei 8.666, de 1993, todavia, limita a participação à entidades sem fins lucrativos, de acordo com o item 1.3 do mesmo. Dessarte, considerando a normatização pela Lei Geral de Licitações, o respectivo incorre em flagrante limitação à concorrência, de acordo com entendimento já consolidado nos Tribunais de Contas, eis que consiste em patente desrespeito ao princípio constitucional da isonomia versado no art. 3º da citada lei, bem como ao princípio da ampla concorrência.



FIGUEIREDO DE SOUZA  
—ADVOCACIA E CONSULTORIA—

Nos ditames daquela lei, limitar a participação na presente concorrência à exclusiva submissão de propostas por de entidades sem fins lucrativos, consiste grave afronta à conduta sabidamente recomendada pelos Tribunais de Conta, assim como pelo corpo normativo da própria lei.

Dentre o vasto número de normas que compõem o ordenamento jurídico pátrio, o legislador tomou a cautela de prever procedimentos de contratações específicos à entidades sem fins lucrativos, a título exemplificativo cito as Leis 9.637/98 e 13.019/14; tão logo esta fosse a pretensão precípua desta Administração, a previsão de participação limitada a entidades sem fins lucrativos, em procedimento regido pela lei 8.666/93, enseja a apontada limitação de concorrência.

Doutra banda, o instrumento convocatório exige que a entidade possua capital social mínimo de 10% do valor da contratação, todavia, não se espera que entidades sem fins econômicos possuam capital social, inclusive, por ser estranho à natureza dessas. Isto é, esperar que uma associação de pessoas que almejam desenvolver atividades em áreas como saúde e assistência, sem a expectativa de lucro, consolidem patrimônio para tanto.

Nesta feita, em que pese a exigência de capital social mínimo seja lícita ao regramento da Lei 8.666, de 1993 - que como referido não é específica à regulação de contratação de entidades sem fins lucrativos -, tal impõe expressivo limitador ao competitivo, restringindo significativamente o número de entidades que poderiam, comprovadamente, prestar o serviço almejado.

Neste ensejo, segue em anexo 04 (quatro) estatutos sociais, cujos quais não preveem a existência de capital social na constituição das respectivas entidades, isto é, escolher realizar uma licitação limitada à entidades sem fins lucrativos e, ainda, exigir comprovação de capital social mínimo, é retirar da competição maior parte da "fatia de mercado" de entidades do sistema "S".



FIGUEIREDO DE SOUZA  
— ADVOCACIA E CONSULTORIA —

Fazendo-se, assim, necessário relembrar definições prestadas pela célebre Maria Silvia Zanella Di Pietro (2018, p. 467): No §1º, inciso I, do artigo 3º da Lei n.º 8.666, está implícito outro princípio da licitação, que é o da competitividade decorrente do princípio da isonomia (...); cujo qual é desdobramento do princípio constitucional da igualdade (CF, art. 5º, *caput*) no âmbito licitatório. Esse princípio apresenta reflexo, por exemplo, no art. 3º, §1º, I e II, e no art. 30 da Lei no 8.666/93. O art. 90 da mesma lei prevê como crime a fraude ao caráter competitivo do processo licitatório.

Ou seja, restringir o competitivo é medida que esmerou-se o legislador em fazer óbice, constituição o mesmo, inclusive, crime.

É necessário, ainda, dizer que, de acordo com Machado (2009), entidades sem fins econômicos podem até possuírem patrimônio social, sendo um equívoco a expectativa de capital social para comprovação de capacidade econômica-financeira.

Referindo-se a constituição do patrimônio social de uma associação, Machado (2009, p. 66) destaca que “O patrimônio social das associações será formado por donativos, contribuições dos associados e outros conforme disposição estatutária”.

Afirmação corroborada, também, pelo Sebrae do Estado de Santa Catarina, quando esclarece que entidades do sistema “s” não possuem capital social, mas tão somente patrimônio social<sup>1</sup>; reforçando a alegação de que a existência de capital social em tais instituições é prática no mínimo incomum, para não se declarar inexistente.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=1090>. Acesso em 25 de maio de 2020.



**FIGUEIREDO DE SOUZA**  
—ADVOCACIA E CONSULTORIA—

Nesse diapasão, entende-se que o simples fato de ser incomum a prática, em se tratando das entidades sem fins lucrativos, já consiste em exigência limitadora à competição, comportamento o qual, como já referido, é rechaçado pelo ordenamento pátrio.

De mais a mais, oportuno aclarar que a entidade subscrevente possui no art. 48, *caput* e parágrafo único, de seu Estatuto Social a obrigatoriedade de reinvestir os proventos de qualquer natureza percebidos no seu objeto fim, o que lido ao lado da disposição do art. 51, onde diz que ativos advindos do Poder Público deverá ser aplicado dentro do Município sede, provém com clareza a dissipação de todo o provento já recebido em atividades de seu objeto fim, não havendo, portanto, preocupação em formação patrimonial própria.

Trata-se de entidade voltada ao desenvolvimento da elevação da qualidade de vida humana por meio de assistência e atendimento à população na área da saúde, cuja qual tem sua participação no presente certame impossibilitada por não ter preocupado-se em construir patrimônio próprio ou, então, seu controle adstrito à uma pessoa ou um pequeno grupo, por terem, estes, consolidado o capital.

Além disso, imprescindível dizer que a habilitação econômica-financeira serve para auferir segurança à contratação, de modo que garanta que a contratada tenha condições mínima de prestar o serviço almejado. Entretanto, conforme depreende-se do instrumento de convocação, a entidade vencedora passará a gerir unidade hospitalar mediante repasse pecuniário a ser realizado pelo Município de Navegantes, isto é, trata-se de uma contratação eficiente, onde busca-se uma entidade responsável por gerir e administrar uma unidade hospitalar dentro do recurso público disponível e pré-programado. Diante disso, não se verifica risco eliminável na prestação do serviço objeto da presente licitação, através da comprovação de capital social mínimo; atribuindo, assim, à exegese do art. 31, da lei de licitações finalidade diversa daquela que detém, conferindo-lhe fito exclusivamente limitador.



**FIGUEIREDO DE SOUZA**  
—ADVOCACIA E CONSULTORIA—

Em prova disso, a entidade impugnante, que não contempla o capital social exigido, administra, hoje, Hospital Regional, com atendimento de 13 (treze) municípios, de complexidade semelhante ao do Município licitante, atividade a qual vem prestacionando desde 2017, com o mínimo grau de satisfação e zelo que o serviço de saúde requer, conforme atestado de capacidade técnica em anexo.

Ademais, o citado edital também exige outras duas comprovações de capacidade econômico-financeiras, isto é, certidão de recuperação, falência ou concordata e índice de liquidez geral; dando cabo de suprir determinado grau de zelo para com a segurança da contratação e eliminando qualquer insegurança que assim pudesse se originar.

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Em face do exposto, requer-se:

(i) Seja a presente IMPUGNAÇÃO recebida, conhecida e julgada procedente, com efeito de suprimir a exigência de capital social mínimo no presente edital, eis que se trata de medida adequada ao prosseguimento do presente na forma da lei;

(ii) alternativamente, no caso de V. Senhoria não entender da forma expressada no item anterior - o que não se espera, seja adotado o procedimento na forma de legislação específica para entidades sem fins lucrativos;

(iii) Por conseguinte, pugna-se, ainda, a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §4º, do art. 21, da Lei 8.666, de 1993.


(iv) Que todas as intimações decorrentes do presente sejam feitas através do correio eletrônico do seu procurador, Dr. Diogo Figueiredo de Souza, OAB/RS 114.098, qual seja: diogofsouza@icloud.com.



**FIGUEIREDO DE SOUZA**  
—ADVOCACIA E CONSULTORIA—

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Porto Alegre, RS, 26 de maio de 2020.

  
**JOÃO LUIZ DA SILVA GOMES**  
**OAB/SC 40.111**

**DIOGO FIGUEIREDO DE SOUZA**  
**OAB/RS 114.098**